

Folha de S. Paulo – 11/07/2007

Especialistas não descartam racionamento

HUMBERTO MEDINA - DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

JANAINA LAGE - DA SUCURSAL DO RIO

As hidrelétricas do rio Madeira produzirão energia mais cara e não afastam o risco de racionamento no médio prazo, segundo avaliação de especialistas. O mercado ainda não tem clareza da tarifa que será cobrada pela usina, mas é consenso que ela será mais cara do que as atuais hidrelétricas.

"Os melhores locais para fazer usinas já foram usados. Os grandes empreendimentos agora estão longe dos grandes centros de consumo e, por isso, há uma tendência de alta do custo", disse **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, que representa os principais investidores privados no setor.

"A realidade futura é de preços de energia mais elevados, não só porque as melhores usinas já foram feitas. No passado, os custos dos impactos ambientais e socioeconômicos eram bem menores. Hoje, os entraves ambientais são bem mais acentuados, já que o rigor por parte dos organismos do ambiente é bem mais elevado", avaliou a analista Fabiana D'Atri, da consultoria Tendências.

O próprio governo admite que haverá elevação no preço. "Isso é inevitável. A construção de hidrelétricas começa pelas mais baratas e fáceis, próximas do centro de carga, e caminha para as mais complexas, onde o custo marginal é crescente", disse Maurício Tolmasquim, presidente da EPE (Empresa de Pesquisa Energética, estatal que planeja o setor).

A Odebrecht, responsável com Furnas pelos estudos das usinas do rio Madeira, avalia que ainda não pode calcular a tarifa dos empreendimentos porque os impactos das exigências do Ibama ainda não foram analisados. No último leilão de energia, o preço médio das hidrelétricas ficou em R\$ 120,86 por MWh (megawatt-hora).

Como a previsão mais otimista é que a usina de Santo Antônio comece a funcionar no segundo semestre de 2012, até lá o país terá que contar com o aumento da oferta de gás natural para termelétricas para aumentar a segurança do abastecimento.

De acordo com cálculos dos investidores privados, representados pelo **Acende Brasil**, o risco de haver racionamento começa a ficar acima do tolerável pelo setor (5%) a partir de 2010, quando chega a 8%. Em 2011 esse percentual sobe para 14%. Em um cenário de atraso das obras listadas no PAC, o risco aumenta: 8,5% em 2010 e 16,5% em 2011.

O governo tem avaliação diferente. Pela proposta do Plano Decenal de Expansão de Energia (2007-2016), o risco fica abaixo de 5% em todos os anos até 2011. As metodologias, no entanto, são diferentes.

Para Luiz Pinguelli Rosa, coordenador do Programa de Planejamento Energético da Coppe/ UFRJ, mesmo a perspectiva de entrada em operação em 2012 é "inviável".